

CONSIDERAÇÕES SOBRE A PREDICAÇÃO VERBAL E O ARGUMENTO EXTERNO NO PORTUGUÊS DE ANGOLA¹

Milanca Cabral de Brito²

RESUMO

Neste trabalho, objetivamos a descrição preliminar da predicação verbal de quatro subvariedades do português faladas em Angola, em específico, das regiões de Luanda, Libolo, Benguela e Dundo, a partir da sua relação com a seleção de argumentos externos. Para Duarte (2003: 278), a oração, ou domínio sintático de predicação, encerra dois termos fundamentais: o predicado, constituinte ou sequência de constituintes formado pelo predicador e seu(s) argumento(s) interno(s), e o sujeito, constituinte responsável pela saturação do predicado, ou seja, o argumento externo do predicador. Essa relação de predicação é um dos aspectos já abordados para o português brasileiro e o europeu no que concerne a estrutura argumental dos verbos, especificamente na realização do argumento externo e da complementação verbal (Duarte 1986; Cyrino 1993,1997; Torres Morais & Berlinck 2007; Ribeiro 2015; Kato & Duarte 2017; entre outros). Faz-se necessário, então, um estudo da predicação verbal na variedade do português angolano que carece de estudos descritivos e analíticos que abordem a sentença no que tange à realização do argumento externo.

Palavras-chave: Língua portuguesa - Angola. Língua portuguesa - Argumento externo. Língua portuguesa - Predicação verbal.

ABSTRACT

In this paper, we intend to a preliminary description of the verbal predication of four sub- varieties of Portuguese spoken in Angola in the regions of Luanda, Libolo, Benguela and Dundo based on its relationship with the selection of external arguments. For Duarte (2003: 278), the sentence, or syntactic domain of predication, contains two fundamental terms: the predicate, constituent or sequence of constituents formed by the predicator and its internal argument(s), and the subject, constituent responsible for the saturation of the predicate, that is, the external argument of the predicator. This relation of predication is one of the aspects already addressed for Brazilian Portuguese and European with regard to the argument structure of verbs, specifically in the realization of the external argument and the verbal complementation (Duarte 1986; Cyrino 1993,1997; Torres Morais & Berlinck 2007; Ribeiro 2015; Kato & Duarte 2017; among others). It is necessary, then, a study of verbal predication in the variety of Angolan Portuguese that lacks descriptive and analytical studies that address the sentence with regard to the realization of the external argument.

Key words: Portuguese language - Angola. Portuguese language - External argument. Portuguese language - Verbal predication.

¹ Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB, sob orientação do Prof. Dr. Eduardo Ferreira dos Santos.

² Graduanda em Letras - Língua Portuguesa pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, fomos contemplados com importantes e diversificados trabalhos de descrição e análise linguísticas para as variedades do português brasileiro (doravante, PB) e do português europeu (doravante, PE). Esses trabalhos apontaram as diferenças e aproximações entre as gramáticas dessas variedades para vários aspectos da língua.

Além do eixo Brasil-Portugal, é válido reforçar que a língua portuguesa também se faz presente no continente africano, sendo a língua oficial de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Nestes espaços, o português encerra um status específico (como língua materna, segunda ou terceira língua, ou língua de uso comercial) e ainda carece de “um número significativo de trabalhos que apontem para as especificidades do português aí falado e que aproximem, ou distanciem, as variedades africanas das variedades brasileira e europeia” (SANTOS; KIALANDA, 2020, p. 78).

Sobre a predicação verbal e a relação sujeito e predicado, o PB e PE contam com trabalhos como os de Duarte (2003), Duarte e Brito (2003), Castilho (2010); Ribeiro (2015), Kato e Duarte (2017), entre outros, que apontam que as duas variedades apresentam especificidades para esse tipo de relação.

Chamamos de predicação a atribuição de propriedades a entidades ou estabelecimento de relações entre entidades, abrangendo “não só a relação entre o que tradicionalmente se designa “sujeito” e “predicado” de uma frase ou oração, mas também a relação que se estabelece entre um núcleo lexical, como um verbo, e os seus argumentos” (DUARTE; BRITO, 2003, p.182).

Neste trabalho, pretendemos, de forma preliminar, apresentar uma descrição da predicação verbal e a relação que daí ocorre entre o sujeito e o predicado no português de Angola (doravante, PA), com dados das regiões de Luanda, Dundo, Benguela e Libolo³. Buscamos, assim, contribuir com os estudos descritivos sobre as variedades africanas da língua portuguesa, em específico, a angolana.

Seguindo essa “Introdução”, faremos uma breve contextualização da língua portuguesa em Angola a partir de alguns aspectos socio-históricos e linguísticos. Em

³ Os dados apresentados neste trabalho são oriundos de Manuel (2015), para Benguela, e Inverno (2011), para Dundo. Os dados do Libolo são oriundos, respectivamente, do espólio do “Projeto Libolo” – Centro de Investigação e Desenvolvimento (R&DAO) da Universidade de Macau, sob o número de referência SRG 011-FSH 13-CGF. Os dados de Luanda são oriundos do Projeto CRPC-Oral do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (<http://teitok.clul.ul.pt/teitok/crpcoral/>). Acessado em 29/03/2021.

seguida, destacamos a predicação verbal e o argumento externo no PA, prosseguindo, finalmente, para as considerações finais e as referências bibliográficas.

2 A LÍNGUA PORTUGUESA EM ANGOLA

Angola é um país plurilíngue e sua população é majoritariamente pertencente ao grupo linguístico banto, além de falantes do grupo khoisan, embora em menor número. Neste território, é evidente a relação entre etnia, língua e cultura que determina alguns agrupamentos etnolinguísticos e ratifica a diversidade linguística angolana (REDINHA, 2009, p.18-19).

O censo⁴ realizado no país em 2014 apontou essa diversidade linguística e, em especial, a predominância das línguas do grupo banto. As quatro línguas bantas mais faladas, e a porcentagem de falantes, são: umbundo (23%), quicongo (8%), quimbundo (8%) e chokwe (7%). Chama a atenção, contudo, a porcentagem de falantes da língua portuguesa levantada pelo censo: 71%.

Para entendermos a presença e predominância da língua portuguesa em Angola, é necessário compreender o empreendimento colonial português e a invasão de alguns territórios africanos, iniciados no século XV, e que permitiu a imposição da língua portuguesa nestes espaços.

Como um dos principais expoentes das potências marítimas do período das “Grandes Navegações”, Portugal chega à costa sudoeste africana por volta de 1482 e 1484 e estabelece contato com o Reino do Congo e inicia-se um longo processo de interesses econômicos pautados, principalmente, na formação de mercados escravagistas que abasteceriam as plantações de cana-de-açúcar brasileiras. Em Angola, a partir de 1730, dois polos dessa dinâmica econômico-social do comércio de escravizados seriam Luanda e Benguela (MILLER, 1999, p.22).

Ainda nesse período, a língua portuguesa apresenta um número menor de falantes em território angolano comparando-a com as diversas línguas autóctones, como o umbundo, o quimbundo e o quicongo. Embora em uma situação de intenso contato linguístico, não houve, a princípio, uma diminuição do uso das línguas bantas em detrimento do português. Pelo contrário, por conta do surgimento de uma elite

⁴ <https://leadershipbt.com/INE/pt/publicacoes/populacao-e-sociedade-artigos/290-apresentacoes-dos-resultadosdefinitivos-do-censo-2014> (acessado em 29/03/2021).

afro-portuguesa, o quimbundo é a língua mais veiculada em Luanda (VENÂNCIO, 1996, p.51 apud INVERNO, 2009, p.89).

Em meados do século XVIII, a postura de Portugal é de combate a uma “africanização” dessa elite afro-portuguesa e há uma sanção oficial como o decreto do governador Sousa Coutinho que enfraquecia o uso das línguas africanas no ensino dos filhos dessa elite (ZAU, 2011, p.95). No século XIX, a presença portuguesa em Angola é intensificada pelo processo de colonização e, conseqüentemente, há uma promoção do português como língua de diferenciação social e, conforme aponta Miguel (2003, p.26), seria a língua da cultura e da tecnologia e ideal para a unidade nacional, em contraste a diversidade linguística angolana.

Importante destacar, então, o papel das línguas enquanto agentes de unificação e marginalização de uma simbologia referente a identidade nacional:

A língua é uma das criações culturais da comunidade nacional, ou melhor, é a primeira das suas criações que de alguma maneira as condiciona a todas ou à maioria delas. E é, ao mesmo tempo, o símbolo da comunidade nacional e o signo através do qual se identificam seus membros que, falando a mesma língua se reconhecem como fazendo parte do mesmo grupo, do mesmo povoado, da mesma nação (SIGUAN, 1996, p.45 apud BERENBLUM, 2003, p.21).

Essa ideia de reconhecimento de um mesmo grupo ou mesmo povoado ou mesma nação levada a cabo por Portugal no âmbito linguístico tem origem no colonialismo, portanto, pois

ao introduzir novos atores e novas línguas - não africanas -, [o colonialismo] vai provocar, entre outros efeitos, um rearranjo do relacionamento entre as línguas em presença. Instaura-se, então, uma nova dinâmica de convivência linguística com a superposição de um elemento crucial: a atitude das nações colonizadoras em relação às línguas locais. Atitudes diversas vão gerar políticas diversas de assimilação linguística, educacional e cultural, resultando, evidentemente, na valorização ou não das línguas africanas (PETTER, 2015, p.193).

A princípio, as línguas africanas não gozam do mesmo status ou não são privilegiadas no âmbito oficial dentro do contexto das colônias portuguesas. Conforme aponta Cá (2012, p.211), “só era permitido o ensino da língua portuguesa; nada se aprendia sobre as tradições literárias e artísticas dos povos angolanos, caboverdianos, guineenses, moçambicanos e são tomenses, sobre sua história etc.”. No entanto, é interessante notar que essa imposição da língua do colonizador não

apagou uma identidade etnolinguística dessas populações, pois “resistiam admiravelmente às tentativas de esmagamento das suas tradições nacionais, transmitindo oralmente a sua língua e os seus dialetos, conservando oralmente a sua literatura, os seus hábitos e as suas tradições” (CÁ, 2012, p.211).

Será no pós-independência que cresce o debate em relação a uma política linguística angolana, com iniciativas de valorização das línguas nacionais e a criação do Instituto de Línguas Nacionais (SANTOS, 2020, p.51). No entanto, reforça-se que o português é adotado como língua oficial considerando “que ela poderia ser útil para lhes facilitar o intercâmbio internacional e mesmo a organização do Estado nacional, atribuindo a ela o estatuto de língua veicular em suas sociedades em geral multilíngues [...]” (FARACO, 2016, p.61). O uso generalizado do português em diversos domínios nos países recém-independentes “tem tido várias repercussões sociolinguísticas, em especial o substancial crescimento do número de seus falantes como L-2, bem como o aumento dos que a têm como L-1” (FARACO, 2016, p.61).

De acordo com Miguel (2008, p.40), a língua portuguesa para os angolanos é tida

como elemento de identidade do povo e da nação angolana. Por outro lado, ao ser obrigatória para todas as acções próprias da relação dos cidadãos com o Estado e vice-versa, ela torna-se a língua segunda para muitos angolanos, sendo já materna de tantos outros. Já não se trata, por conseguinte, de uma língua estrangeira, pois, quando nos apropriamos dela, modicamo-la, adaptamo-la à nossa mundividência, submetemo-la às nossas necessidades comunicacionais, em consonância com a nossa idiosincrasia. Necessariamente, inevitavelmente, está a ficar impressa nela, a nossa angolanidade. A Língua Portuguesa está a angolanizar-se como, também, já se abasileirou.

O apontamento de Miguel é importante, pois ao reconhecer uma língua portuguesa “angolanizada”, nos incita a descrever e a analisar essa variedade, mesmo que para fenômenos linguísticos já abordados no PB e no PE, destacando a importância do contato linguístico e o papel das línguas autóctones. Concordamos, finalmente, com Santos (2020, p.57):

A língua portuguesa em Angola, assim, tem um papel fundamental de legitimar uma “variedade nacional” do português, que para além de distinguir-se das variedades brasileira e europeia, reforça a importância da valorização das línguas africanas angolanas como parte de uma mesma identidade linguística e cultural concretizada através do português.

3 PREDICAÇÃO VERBAL E ARGUMENTO EXTERNO NO PORTUGUÊS DE ANGOLA

Os estudos sobre o PA ainda são em números menores se comparados à tradição de descrição e análise que temos para o PB e para o PE. Ao tratarmos da predicação verbal no PA, temos ciência da ausência de trabalhos nessa área que privilegiem as variedades africanas de português e, também, estudos para esse tipo de relação nas línguas autóctones faladas no país e que poderiam nos auxiliar no entendimento do papel do contato linguístico na formação da variedade do PA.

Assim, ao nos referirmos à predicação verbal do PA, fazemos uma generalização apenas para fins de apontar para um conjunto de dados do português realizados por falantes das regiões de Luanda, Dundo, Benguela e Libolo e que de forma alguma encerram a totalidade e definem o PA de modo geral, justamente pela ausência de trabalhos que contemplem as variedades cultas ou popular, por exemplo, ou as variedades faladas nos centros urbanos e interioranos, dentre outras perspectivas e variáveis sociolinguísticas. Nosso trabalho, logo, pauta-se numa abordagem qualitativa e não quantitativa dos dados apresentados.

Seguimos Duarte e Brito (2003, p.182) para definir a predicação como a atribuição de propriedades a entidades ou o estabelecimento de relações entre entidades, ou seja, “não só a relação entre o que tradicionalmente se designa “sujeito” e “predicado” de uma frase ou oração, mas também a relação que se estabelece entre um núcleo lexical, como um verbo, e os seus argumentos”.

Ao formarmos uma sentença, os núcleos lexicais, como o verbo, selecionam itens para ocorrerem junto deles, como vemos em (1) e (2):

- (1) a. Maria dormiu.
 b. *A bicicleta dormiu.
 c. *Maria dormiu a bicicleta.

- (2) a. Maria gosta de bicicleta.
 b. *Bicicleta gosta de Maria.

Em (1a), notamos que o verbo “dormir” exige apenas um elemento para coocorrer com ele, mostrando a agramaticalidade de (1c) que não necessita do

sintagma “a bicicleta” para complementar o verbo. Em (1b), notamos que precisamos de um elemento animado para satisfazer as exigências de “dormir”, daí sua agramaticalidade. No paradigma (2), o exemplo em (a) mostra que o verbo “gostar” precisa de dois elementos: (i) um ser de natureza animada que possa gostar de algo/alguém e (ii) aquilo/aquele de que(m) se gosta. A agramaticalidade de (2b) deve-se ao fato de termos um elemento não animado referindo-se aquele que gosta, propriedade não compartilhada por “bicicleta”. Vejamos (3):

(3) Maria encontrou a bicicleta.

No exemplo acima, o verbo “encontrar” traz a informação de que dois elementos terão que coocorrer com ele: um elemento encontrante/encontrador e um encontrado. Os dados vistos em (1a); (2a) e (3) apontam para o que chamamos de predicação, conforme a definição de Duarte e Brito (2003, p.182) que citamos no início dessa seção.

No português de Angola também encontramos exemplos de predicação:

(4) O inimigo corria mais. (Libolo)

(5) Gosto muito de jogá bola. (Dundo)

(6) A gente conseguiu uma paredezinha. (Benguela)

Em (4), (5) e (6), o núcleo do sintagma verbal, isto é, os verbos “correr”, “gostar” e “conseguir” estabelecem uma relação com os itens que são selecionados para coocorrer junto deles. Podemos ver que em (4), “correr” seleciona apenas um único elemento, isto é, “o inimigo”. Se produzíssemos uma sentença como em (7), teríamos um enunciado agramatical:

(7) *O inimigo corria o feijão.

Em (5), o verbo “gostar” estabelece uma relação de afetividade entre “eu” – não realizado foneticamente no dado – a entidade que gosta de algo e a ação de “jogar bola”, aquilo que é gostado. O verbo “gostar” também mostra a relação entre os elementos exigidos em sua predicação, ao passo que uma sentença como (8) seria agramatical:

(8) *Jogar bola gosta muito de mim.

Em (6), o verbo “conseguir” estabelece uma relação entre dois elementos: o conseqüidor e aquilo que é conseqüido. Vale notar que o verbo “conseguir” não precisa de um elemento mais animado para cocorrer com ele, como temos em (9), ao contrário do que vimos em (7) e (8), por exemplo:

(9) A música consegue acalmar as crianças.

Desse modo, em (4), (5) e (6) percebemos que os núcleos verbais são as chaves para se estabelecer uma relação entre os elementos da sentença, isto é, “preenchendo adequadamente certos espaços previsíveis a partir do verbo, chegamos a orações completas, as quais caracterizam conceitualmente certos ‘estados de coisas’ possivelmente reais” (Ilari e Basso, 2014, p.66).

Esses espaços apontados por Ilari e Basso “são os argumentos do verbo e o verbo é um predicado que define propriedades e/ou relações entre os argumentos. Diferentes argumentos terão diferentes papéis em um evento” (MIOTO; SILVA; LOPES, 2013, p.127). Os predicados, portanto, têm estrutura argumental a ser preenchida pelos argumentos que selecionam, ou seja, “esse princípio estipula que o verbo seleciona restritivamente os sintagmas que lhe servirão de argumentos” (CASTILHO, 2010, p.263).

No caso dos verbos, três especificações podem ser levantadas a partir de sua entrada lexical (CYRINO; NUNES; PAGOTTO, 2009, p.50):

- i) Quantos (de zero a três) são os argumentos que esse verbo requer;
- ii) Qual é o papel temático (agente, paciente, experienciador, etc.) desses argumentos;
- iii) Qual é a realização sintática (sintagma nominal, sintagma preposicional, etc.) de tais argumentos.

O termo argumento designa, assim, os constituintes sentenciais dependentes de um predicador, isto é, “o argumento externo, ou sujeito, assim denominado porque é gerado fora do sintagma verbal, e os argumentos internos, ou complementos, gerados dentro do sintagma verbal” (CASTILHO, 2010, p.263).

A distinção entre argumento externo/interno permite a identificação de diferentes tipos de verbos a partir do número de argumentos que requerem e da

natureza desses argumentos: verbos transitivos, verbos bitransitivos e verbos inergativos. Conforme apontam Cyrino, Nunes e Pagotto (2009, p.58), os verbos transitivos são exemplificados pelos verbos de ação usados na voz ativa e a posição de especificador do sintagma verbal (SV) é ocupada pelo agente e o complemento de V é ocupado pelo paciente. No português de Angola encontramos verbos transitivos:

- (10) Encontrei aí o parque. (Libolo)
- (11) Fizeram a construção do parque. (Libolo)
- (12) Eu levo dinheiro e mata-bicho. (Dundo)
- (13) Nós começávamos o trabalho. (Luanda)

Nos dados de (10) a (13) temos um conjunto de verbos de ação na voz ativa e os especificadores desempenham o papel temático de agente, mesmo que não realizados foneticamente – como em (10) e (11), ou “eu” e “eles”, respectivamente. O complemento dos verbos desempenha o papel de paciente, ou tema.

Os verbos bitransitivos são os que envolvem um argumento externo e dois argumentos internos. Tipicamente, são os verbos de transferência de posse e os verbos de posicionamento. No português de Angola há exemplos de verbos bitransitivos:

- (14) Expliquei minha situação a ela. (Benguela)
- (15) Dão-lhe coisas também na cantina comigo. (Dundo)

Em (14) e (15), os verbos “explicar” e “dar” definem a relação entre o argumento externo, não realizado foneticamente, e os dois argumentos internos que complementam a relação evidenciada pelo verbo. Em (14), temos “minha situação” e “a ela” e, em (15), temos “lhe” e “coisas”.

Outro tipo de verbo que deve ser destacado é o inergativo. Na gramática tradicional, os verbos são comumente classificados em i) auxiliares; ii) principais: transitivos e intransitivos; iii) ligação. No entanto, seguindo a proposta da Gramática Gerativa, dividimos os verbos intransitivos em dois subtipos: inergativos e inacusativos. Os verbos inergativos e inacusativos são semelhantes no número de argumentos que selecionam, isto é, apenas um. O que os diferenciam é o fato do verbo inacusativo selecionar o argumento interno e o verbo inergativo selecionar o

argumento externo (KENEDY, 2013, p.165). Como estamos enfatizando a categoria de “sujeito” que ocupa a posição do argumento externo, ou especificador, em uma predicação verbal, consideramos os verbos inergativos em nossa descrição:

(16) Corriam todos pas tropas. (Libolo)

(17) Eu brinco. (Dundo)

(18) Nós andávamos os três. (Benguela)

(19) Nós trabalhávamos só mesmo com meninos de rua. (Luanda)

Os dados de (16) a (19) nos mostram que os verbos em destaque – “correr”, “brincar”, “andar” e “trabalhar” – exigem que apenas um elemento coocorra com eles. E em especial, esses elementos, mesmo que não realizados foneticamente como em (16), ocupam a posição de argumento externo da sentença. Duas relações gramaticais entre os argumentos internos e externos de uma sentença podem ser destacadas: a relação ‘predicado’ e ‘sujeito’. Vamos focar na relação do “sujeito”.

De acordo com Duarte (2003, p.278), o sujeito é o constituinte que satura o predicado ou, por outras palavras, o argumento externo do predador. A autora ainda continua:

É o argumento mais elevado na Hierarquia Temática (i.e, é o sujeito lógico da frase), é a expressão com a função de tópico (i.e, é o sujeito psicológico, ou seja, é o assunto acerca do qual se afirma, nega ou questiona o predicado) e é a expressão que desencadeia a concordância verbal (i.e, é o sujeito gramatical). Têm tipicamente a relação gramatical de sujeito final: (a) o argumento externo dos verbos transitivos e intransitivos; (b) o argumento interno directo dos predadores verbais inacusativos; (c) o argumento externo do predador secundário em frases copulativas.

Considerando a definição de sujeito apresentada e a relação gramatical apontada em (a) por Duarte, prosseguimos com as classes que podem funcionar como “sujeito”. Embora Castilho (2010) faça uma descrição e análise para o PB, vamos considerar que no PA o sujeito também pode ser representado por um substantivo, por um pronome, por uma sentença substantiva e uma categoria vazia:

SUBSTANTIVO

(20) [Algumas palavras] aparecem intercalada. (Dundo)

(21) [A polícia] estava a fazer aí a sua patrulha. (Luanda)

(22) [As pessoas] ficavam aí dentro. (Libolo)

PRONOME

(23) [Nós] já tínhamos um milhão de estudantes. (Luanda)

(24) [Ele] me deu uma cela que tá mais ou menos boa. (Benguela)

(25) [Eu] já sabia falar quimbundo. (Libolo)

SENTENÇA SUBSTANTIVA

(26) É necessário [que durante a carreira de professorado a moral esteja limpa].
(Benguela)

(27) Convém [também recordar que há certos cursos que nunca tivemos aqui no período colonial]. (Luanda)

CATEGORIA VAZIA

(28) e porque realmente Ø acreditam em qualquer coisa de mágica. (Luanda)

(29) Ø Consumia bebida sim. (Libolo)

(30) Ø Chove muito. (Libolo)

Sobre a colocação do sujeito, no PA encontramos a ordem canônica do português para sujeito (S) + verbo (V) (+ complemento). Mas também encontramos a ordem VS. Vejamos:

SV [+Complemento]

(31) A pessoa SUJ termina V a formação COMPL mais vazia. (Benguela)

(32) O Benfica SUJ não aguenta V o Porto COMPL. (Dundo)

(33) O chefe SUJ só chegou. (Dundo)

VS

(34) começam a surgir V as ravinas SUJ. (Luanda)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nosso trabalho, pudemos fazer uma descrição preliminar da predicação verbal no português de Angola e a realização do argumento externo concretizado na função de sujeito a partir de quatro regiões em que a língua portuguesa é falada no país: Luanda, Libolo, Dundo e Benguela.

De maneira breve, pudemos dizer que no português de Angola ocorre a predicação verbal a partir de três tipos de verbos: verbos transitivos, verbos bitransitivos e verbos inergativos.

Assim como no PB e no PE, no PA a relação de predicação entre os argumentos exigidos pelo verbo destaca as noções de sujeito e predicado. Concluímos que no PA, o sujeito também satura o predicado e pode ser (não) realizado foneticamente, obedecendo a ordem canônica do português para SV[Compl], mas também apresenta a ordem VS.

O levantamento preliminar desses dados nos mostra a importância de, em trabalhos futuros, verificarmos os tipos de sujeitos nulos no PA, considerando os possíveis dados em que o argumento externo do verbo em análise não seja realizado lexicalmente, adentrando a discussão do Parâmetro do Sujeito Nulo, ainda frutífera para as variedades brasileira e europeia (KATO; DUARTE, 2017) e incipiente para o PA e demais variedades africanas do português.

REFERÊNCIAS

BERENBLUM, Andrea. *A invenção da palavra oficial*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

CÁ, Lourenço Ocuni. Cultura escolar e os povos coloniais: a questão dos assimilados nos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP). *Revista ETD*, Campinas, v.13, n.1, p.207-224, 2011.

CASTILHO, Ataliba. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CYRINO, Sônia Maria Lazzarini. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. *In*: ROBERTS, Ian; KATO, Mary (Orgs.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993, p. 163-184.

CYRINO, Sônia Maria Lazzarini. *O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático- diacrônico*. Londrina: Editora da UEL, 1997.

CYRINO, Sônia Maria Lazzarini; NUNES, Jairo; PAGOTTO, Emílio. Complementação. In: KATO, Mary; NASCIMENTO, Milton (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil: a construção da sentença – Vol III*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009, p. 47-96.

DUARTE, Inês. Relações gramaticais, esquemas relacionais e ordem de palavras. In: MATEUS, Maria Helena Mira et al. *Gramática da língua portuguesa*. 5ed. Lisboa: Caminho, 2003, p. 276-321.

DUARTE, Inês; BRITO, Ana Maria. Predicação e classes de predicadores verbais. In: MATEUS, Maria Helena Mira et al. *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Caminho, 2003, p.179-203.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. *Variação e sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1986.

FARACO, Carlos Alberto. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. O verbo. In: ILARI, Rodolfo (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil – vol. III: palavras de classe aberta*. São Paulo: Contexto, 2014, p.65- 242.

INVERNO, Liliana. A transição de Angola para o português vernáculo: estudo morfossintático do sistema nominal. In: CARVALHO, Ana Maria (Ed.). *Português em contato*. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt: Editorial Vervuet, 2009, p.87-106.

INVERNO, Liliana. *Contact-induced restructuring of Portuguese morphosyntax: evidence from Dundo*. Tese de Doutorado. Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011.

KATO, Mary; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. O sujeito no português brasileiro e sua tipologia. In: PILATI, Eloísa.; SALLES, Heloísa; NAVES, Rozana (Orgs). *Novos olhares para a gramática do português brasileiro*. Campinas: Pontes, 2017, p. 13-42.

KENEDY, Eduardo. *Curso básico de linguística gerativa*. São Paulo: Contexto, 2013.

MANUEL, Félix Chinjengue Matias. *Aspetos do português falado em Benguela*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015.

MIGUEL, Maria Helena. A língua portuguesa em Angola: normativismo e glotopolítica. *LUCERE 5*, Luanda, ano 4, p.35-48, 2008.

MILLER, Joseph. A economia política do tráfico angolano de escravos no século XVIII. In: PANTOJA, Selma; SARAIVA, José Flávio. *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p.11-67.

MIOTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina Figueiredo; LOPES, Ruth. *Novo manual de sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2013.

PETTER, Margarida. As línguas no contexto social africano. *In: PETTER, Margarida (Org.). Introdução à linguística africana*. São Paulo: Contexto, 2015, p.193-219.

REDINHA, José. *Etnias e culturas de Angola*. Coimbra: AULP, 2009.

RIBEIRO, I. *Ensaio em sintaxe diacrônica do português*. Salvador: EDUFBA, 2015.

SANTOS, Eduardo Ferreira dos. A língua portuguesa como variedade nacional em Angola. *In: SOUSA, Sweder; OLMO, Francisco Calvo del (Orgs.). Línguas em português: a lusofonia numa visão crítica*. Porto: U. Porto Press, 2020, p. 43-57.

SANTOS, Eduardo Ferreira dos; KIALANDA, Kialunda Sozinho. Complementação verbal no português do Libolo (Angola): uma descrição preliminar. *Revista A cor das letras*, Feira de Santana, v.21, n.1, p.77-90, 2020.

TORRES MORAIS, Maria Aparecida; BERLINCK, Rosane de Andrade. “Eu disse pra ele” ou “disse-lhe a ele”: a expressão do dativo nas variedades brasileira e europeia do português. *In: CASTILHO, Ataliba et al (Orgs.). Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. São Paulo: Pontes/FAPESP, 2007, p.61-74.

ZAU, Domingos. *A língua portuguesa em Angola: um contributo para o estudo da sua nacionalização*. Tese de doutorado. Universidade da Beira Interior, 2011.